

Determinantes Sociais em Saúde no Contexto de Maus Tratos Contra Crianças e Adolescentes

Social Determinants of Health in the Context of Child and Adolescent Abuse

Determinantes sociales de la salud en el contexto del maltrato infantil y adolescente

Maria Soares

Universidade Internacional Iberoamericana - UNINI

<https://orcid.org/0000-0002-3968-9816>

Resumo: Os maus tratos contra crianças e adolescentes, constituem um sério problema de saúde pública, podendo causar morbidades ou mortalidades, que podem ser agravadas dependendo dos determinantes sociais em saúde que envolvem o cotidiano dos sujeitos que sofrem a violência. O objetivo desta pesquisa consistiu em mapear artigos publicados recentemente com informações acerca dos fatores sociais sobre Determinantes Sociais em Saúde no contexto de Maus Tratos Contra Crianças e Adolescentes. A partir de realização de pesquisa com o enfoque qualitativo com recorte bibliográfico, realizou-se análise de conteúdo após seleção da amostra. Em suma, os resultados apontam que a violência incide sobre questões físicas e emocionais, interferindo na saúde integral e crianças e adolescentes, nesse sentido o fator maus tratos tona-se um determinante social que deve ser levado em conta nos atendimentos de saúde. Espera-se, ainda, que com o resultado da pesquisa se possa colaborar com fortalecimento de ações de assistentes sociais e demais profissionais que atuam na saúde, visionando atendimento integral a saúde, levando em conta a necessidade de atendimento e resolutividade de problemas sociais, que possam ser pensados em termos de políticas públicas de proteção social.

Palavras-chave: Determinantes Sociais; Maus Tratos; Crianças; Adolescentes; Saúde.

Abstract: Child and adolescent abuse is a serious public health problem that can cause morbidity or mortality, which can be aggravated depending on the social determinants of health that involve the daily lives of the individuals who suffer violence. The objective of this research was to map recently published articles with information about social factors on Social Determinants of Health in the context of Child and Adolescent Abuse. Based on a qualitative research approach with bibliographical clipping, content analysis was performed after sample selection. In short, the results indicate that violence affects physical and emotional issues, interfering with the integral health of children and adolescents. In this sense, the abuse factor becomes a social determinant that must be taken into account in health care. It is also expected that the results of the research can collaborate with the strengthening of actions of social workers and other professionals who work in health, envisioning comprehensive health care, taking into account the need for care and resolution of social problems, which can be thought of in terms of public policies for social protection.

Keywords: Social Determinants; Abuse; Children; Adolescents; Health.

Resumen: El maltrato infantil y adolescente es un grave problema de salud pública que puede causar morbilidad o mortalidad, la cual puede agravarse en función de los determinantes sociales de la salud que afectan la vida cotidiana de quienes la sufren. El objetivo de esta investigación fue mapear artículos publicados recientemente con información sobre los factores sociales relacionados con los determinantes sociales de la salud en el contexto del maltrato infantil y adolescente. Con base en un enfoque de investigación cualitativa con recortes bibliográficos, se realizó un análisis de contenido tras la selección de la muestra. En resumen, los resultados indican que la violencia afecta los aspectos físicos y emocionales, interfiriendo en la salud integral de niños, niñas y adolescentes. En este sentido, el maltrato se convierte en un determinante social que debe ser considerado en la atención médica. También se espera que los resultados de la investigación contribuyan al fortalecimiento de las acciones de los trabajadores sociales y otros profesionales de la salud, con una visión de la atención integral a la salud, considerando la necesidad de atención y resolución de problemas sociales, lo cual puede ser considerado en términos de políticas públicas de protección social.

Palabras clave: Determinantes sociales; Maltrato; Niños; Adolescentes; Salud.

Introdução

Torna-se importante mencionar que maus tratos dirigidos contra crianças e adolescentes podem ser vistos como uma autêntica "ferida social", responsável por elevadas taxas de doenças e óbitos nesta faixa etária, requerendo uma ação séria e imediata por parte

da sociedade (Silva; Roncalli, 2020). Neste contexto, qualquer intervenção em saúde que afete a condição biológica pode ser encarada como uma influência social.

O conceito de determinantes sociais de saúde (DSS) é abordado de diversas maneiras e, atualmente, é amplamente disseminado. Essa discussão varia em profundidade, mas ressalta claramente que as condições de vida e de trabalho da população estão interconectadas com os contextos de saúde dos indivíduos e dos grupos populacionais.

Segundo a Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS), os Determinantes Sociais da Saúde (DSS) estão interligados a diversos aspectos da vida social. Esses fatores englobam uma ampla gama de condicionantes que, ao impactar as condições de vida das pessoas, acabam provocando problemas que podem prejudicar a saúde dos indivíduos. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define os Determinantes Sociais da Saúde (DSS) como as condições que influenciam o cotidiano das pessoas, tanto em seu ambiente de trabalho quanto em sua vida pessoal. Essas definições são bastante concisas, mas para entender como essas características sociais evoluem em um determinado contexto temporal e espacial, é necessário um aprofundamento de estudos sobre a realidade do objeto de pesquisa (Buss; Filho 2007).

Propõem-se no artigo em tela, a análise crítica da literatura e da avaliação das políticas públicas relacionadas, como por exemplo a política pública de saúde, são examinadas as habilidades, obstáculos e perspectivas ligadas aos Determinantes Sociais em Saúde no cenário de violência contra crianças e adolescentes. A análise também abrange as diversas questões sociais que afetam o indivíduo, permitindo uma investigação e atuação sobre os determinantes de saúde.

Reconhece-se a importância das condições habitacionais, do acesso a serviços essenciais, do emprego, da renda e da educação na promoção do bem-estar e da qualidade de vida dos indivíduos. Ademais, ressalta-se a importância das legislações relevantes, como o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990) e a Constituição Federal de 1988, que garantem os direitos dos cidadãos e estabelecem diretrizes para a oferta de serviços de saúde que sejam de qualidade, humanizados e justos (Santos, 2024).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (2019), cerca de 10% a 20% dos jovens sofrem de doenças mentais e 50% dos transtornos mentais em adultos começam na infância, o que é um tema de grande relevância global. (Carrara, *et al.*, 2024).

A vivência da violência na infância é considerada um problema de saúde pública grave, uma vez que as estimativas apontam que milhares de crianças são vítimas da violência. No âmbito nacional, o número de violência contra crianças aumentou em torno de 70% em relação ao ano anterior 2023 (Santos, *et al.*, 2025).

Em 2022, no Brasil, foram registrados 22.527 casos de maus-tratos envolvendo crianças e adolescentes. Além disso, o número de assassinatos nessa faixa etária chegou a quase 2.489 mortes no mesmo ano, o que equivale a cerca de sete mortes por dia causadas por violência intencional (Santos, *et al.*, (2025).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (2023), a violência representa um sério problema de saúde pública e direitos humanos. Ela abrange todas as formas de maus-tratos e agressões à dignidade, saúde e desenvolvimento de crianças e adolescentes, destacando-se especialmente pela negligência, além de agressões físicas, sexuais e psicológicas, que são as ocorrências mais frequentes. Estima-se que o número de acidentes e casos de violência envolvendo jovens entre 0 e 17 anos possa alcançar aproximadamente um bilhão em todo o mundo, principalmente em nações em desenvolvimento. No Brasil, em 2022, esse total atingiu 102 mil vítimas, superando os dados anteriores ao período da pandemia (Santos, *et al.*, 2025).

Para Santos, *et al.* (2025) a violência é um assunto de grande complexidade, abrangendo diferentes formas de abordagem e atuando em diversos setores de estudo e prática. Ela permeia as redes de relações sociais, incluindo saúde coletiva e ciências sociais, que são essenciais para o planejamento de ações e a formulação de políticas públicas. Nesse cenário, compreender como a rede de proteção às crianças e adolescentes vítimas é organizada ajuda a garantir uma atuação mais eficiente por parte dos profissionais envolvidos, seja no setor público ou privado.

Considerando a relevância do tema, buscou-se identificar pontos relevantes e áreas que ainda requerem atenção para o desenvolvimento de estratégias eficazes na implementação de políticas públicas. Dessa maneira, o objetivo desta pesquisa consistiu em mapear artigos publicados recentemente com informações acerca dos fatores sociais sobre Determinantes Sociais em Saúde no contexto de Maus Tratos Contra Crianças e Adolescentes.

1. PERCURSO METODOLÓGICO

A metodologia da pesquisa realizada, consistiu na realização de uma pesquisa bibliográfica com enfoque qualitativo, que implica um procedimento que envolve a procura, escolha e exame de dados pertinentes em fontes escritas, como obras, publicações, teses e dissertações. É uma fase crucial em investigações acadêmicas e científicas, que possibilita o aprofundamento do saber sobre um objeto de estudo para a construção de uma base teórica robusta e a identificação de lacunas.

Os critérios de inclusão dos artigos versaram sobre publicações publicadas nas plataformas LILACS, Scielo, Scopus, Google Acadêmico, Sciece Direct. Sendo que as mesmas deveriam ter sido publicações dos últimos cinco anos. Enquanto critérios de exclusão, retirou-se da amostra artigos que tinham cunho somente quantitativo. Foi realizada a técnica de coleta de dados denominada observação indireta. O instrumento de coleta de dados foi constituído por um roteiro norteador com perguntas abertas para nortear a leitura das pesquisadoras, sendo os dados agrupados e interpretados via a técnica de análise de conteúdo

2. CATEGORIAS TEÓRICAS DA PESQUISA

O conceito de determinantes sociais de saúde (DSS) apresenta-se de várias formas, sendo que na atualidade está muito generalizado, pois, expõe reflexões com menor ou maior nível, enfatizando que as condições de vida e de trabalho da população estão ligadas com os cenários de saúde de cada indivíduo e de grupos da população. Para a Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde – CNDSS, os DSS estão ligados a aspectos abrangentes da vida social, o que abarca os mais variados condicionantes de vida que causam problemas aos indivíduos que inevitavelmente podem afetar a saúde. A Organização Mundial da Saúde (Krieger, 2001 apud Buss e Filho, 2007, p.78) traz a informação de que os DSS são as

circunstâncias em que as pessoas trabalham e vivem. Essas definições são muito sintéticas, para compreender como essas características sociais em determinado tempo e espaço vida avançam. Buss e Filho (2007, p.78) indicam que,

As diversas definições de determinantes sociais de saúde (DSS) expressam, com maior ou menor nível de detalhe, o conceito atualmente bastante generalizado de que as condições de vida e trabalho dos indivíduos e de grupos da população estão relacionadas com sua situação de saúde.

Buss e Filho (2007) elucidam acima que as diferentes definições de determinantes sociais de saúde, refletem sobre as variadas formas de entendimento sobre DSS. Porém difundem que persiste um conceito amplamente reconhecido de que as condições de vida e trabalho dos indivíduos, bem como de grupos da população, estão intrinsecamente ligadas à sua saúde.

Loiola *et al.* (2023) esclarecem em sua pesquisa que apesar das limitações significativas nas estatísticas e nos conhecimentos disponíveis, diversos estudos convergem na identificação da América Latina como a região mais violenta do mundo. Na última década, essa temática ganhou relevância em pesquisas conduzidas no continente, focando principalmente nas manifestações de violência contra mulheres, crianças e adolescentes, pessoas idosas e trabalhadores, em contextos familiares, escolares, rurais e urbanos. Simultaneamente, esses estudos apresentam uma consistência ao identificar fatores conjunturais que contribuem para a produção ou agravamento da violência, como a pobreza, a desigualdade social, o desemprego e a ineficácia de algumas instituições fundamentais, como a família.

A violência pode ser também compreendida como o resultado de processos históricos e sociais de desigualdade, os quais estão interligados aos determinantes sociais da saúde: exclusão social, questões de gênero e equidade, desenvolvimento infantil precoce, condições de emprego, globalização, urbanização, participação da sociedade civil, sistemas de saúde e condições prioritárias de saúde pública, entre outros. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (Alves e Escorel, 2012, apud Loiola et al.2023, p.4), os Determinantes Sociais em Saúde são "as circunstâncias em que as pessoas nascem, crescem, vivem, trabalham e envelhecem". Essas circunstâncias são determinadas por um conjunto mais abrangente de forças, as quais incluem fatores econômicos, sociais, normativos e políticos.

A violência seria também o resultado de processos históricos e sociais de desigualdades – os determinantes sociais de saúde: exclusão social, mulher e equidade de gênero, desenvolvimento infantil precoce, condições de emprego, globalização, urbanização, sociedade civil, sistemas de saúde, condições de Saúde (Loiola *et al.*, 2023, p.3).

Cabe salientar que em termos conceituais determinantes sociais da saúde abrangem um conjunto de fatores da vida social cotidiana, tanto questões biológicas, quanto emocionais atrelados aos mais diversos setores, como por exemplo, dimensões da vida relacionada a questões políticas, culturais, econômicas e sociais – como já referendado anteriormente –. Tais fatores agem sob a vida do ser social tanto de forma benéfica quanto maléfica, agindo sob a saúde dos indivíduos e sociedade independente de questões geográficas (Loiola *et al.*, 2023)

Melo, Costa e Corso (2020) verificaram modelos conceituais de determinantes sociais da saúde disponíveis na literatura. Tiveram por norte indicar concepções teóricas sobre o tema a partir da proposição de equações matemáticas passíveis de contribuir com a produção de conhecimento em saúde. O estudo indica enquanto técnica de análise de dados conceituais uma visão sistêmica dos fatos e equações que podem levar a uma estrutura de conceitos. Os dados apresentados por essa literatura são limitados em termos de manipulação das categorias conjuntamente o que restringe as possibilidades de utilização em políticas públicas de saúde.

As pesquisas sobre desigualdades em saúde indicam que eventos, fatos, circunstâncias e comportamentos ocorridos ao longo da vida dos indivíduos podem exercer influências tanto benéficas quanto prejudiciais à saúde. Contudo, esses impactos frequentemente se manifestam de maneiras desiguais e injustas, afetando de forma desproporcional a saúde de determinados indivíduos ou grupos sociais. Nesse sentido, o acesso a cuidados voltados à promoção da proteção à saúde e da vida DSSBR (2020) torna-se essencial para intervir junto a problemas decorrentes das iniquidades em saúde. Assim, considera-se que:

Os estudos atualmente desenvolvidos sobre a análise da situação de saúde segundo condições de vida, ao tempo que informam a distribuição de um conjunto de problemas de saúde, apontam para a necessidade urgente de enfrentar vários desafios e possibilitam a elaboração de intervenções que sejam capazes de reduzir

o sofrimento e as mortes evitáveis. Do mesmo modo, tais análises poderão balizar reformas sociais e políticas públicas saudáveis, que visem à equidade e a melhoria das condições de vida (Dos Reis, 2005 p.23).

Dos Reis (2005) aponta para a necessidade de investigações futuras que possam contribuir para o aprofundamento da reflexão acerca da ecologia da desigualdade, permitindo, assim, a emergência de respostas apropriadas e eficazes. Ao considerar a saúde como um conceito ampliado, busca-se estabelecer uma nova direção a ser adotada; entretanto, essa perspectiva exige um compromisso conjunto de todos os atores envolvidos. Buss e Filho (2007) complementam esse debate ao propor uma análise mais detalhada dos fatores e mecanismos que influenciam a saúde por meio das condições sociais, enfatizando que esses podem ser transformados por ações baseadas em informações qualificadas.

Souza (2024), em sua pesquisa, evidencia que o progresso da saúde digital e o fenômeno da (des)infodemia demandam que os cidadãos desenvolvam competências que ultrapassem o mero uso de tecnologias, promovendo estratégias para enfrentar as iniquidades. A literacia digital em saúde, nesse contexto, refere-se à capacidade de buscar, compreender e avaliar criticamente as informações de saúde disponíveis online, utilizando tais conhecimentos para solucionar problemas específicos. A eHealth Literacy Scale (eHEALS) é destacada como a ferramenta mais amplamente utilizada para medir essa competência. O estudo apresenta uma análise detalhada sobre as principais convergências e divergências nos trabalhos acadêmicos referentes à literacia digital em saúde e à aplicação da eHEALS. Por meio de uma revisão bibliográfica, são examinados diversos contextos sociais que influenciam o aprimoramento da literacia digital em saúde, revelando-se uma situação preocupante diante do fato de que plataformas digitais se consolidaram como fontes significativas de informações sobre variados temas, incluindo aspectos relacionados à saúde. Tal cenário demonstra que a aceitação acrítica de ideias disseminadas nessas plataformas afeta diretamente a forma como os indivíduos lidam com sua saúde, tanto no espaço físico quanto no digital.

Souza (2024) conclui que o campo da literacia digital em saúde exige uma ampliação dos esforços de pesquisa, focados em explorar, expandir e consolidar seu caráter social. O principal objetivo seria fomentar uma literacia digital crítica, desempenhando um papel significativo na transformação das práticas e percepções no contexto da saúde atual.

Em outras palavras, a desigualdade na distribuição de renda não é prejudicial à saúde somente dos grupos mais pobres, mas é também prejudicial para a saúde da sociedade em seu conjunto. Grupos de renda média em um país com alto grau de iniquidade de renda possuem uma situação de saúde pior que a de grupos com renda inferior, mas que vivem em uma sociedade mais equitativa (Buss e Filho, 2006, p.2).

Um estudo conduzido por Loiola *et al.* (2015) analisou os determinantes sociais da violência na saúde de populações vulneráveis na América Latina, abordando aspectos teóricos, históricos e sociais. Entre os destaques, a pesquisa apontou a violência de gênero, evidenciada por questões como desigualdades salariais, agressões físicas, psicológicas e sexuais. Os resultados indicam que determinadas faixas etárias, especialmente os mais jovens, tendem a moldar sua própria forma de socialização em resposta às dinâmicas contemporâneas. Isso reforça a importância de considerar as transformações sociais e culturais de diferentes gerações. No contexto laboral, o estudo expõe a influência dos sistemas econômicos, particularmente os modelos neoliberais, que impactam a vida dos indivíduos. Esses sistemas contribuem para situações de desigualdade que culminam na precarização das relações de trabalho (Loiola *et al.*, 2015)

No Brasil, diversas pesquisas têm buscado compreender como os fatores sociais influenciam a saúde e a doença, considerando as interações entre Estado, economia, sociedade e sistema de saúde. Diante disso, os Determinantes Sociais da Saúde (DSS) passaram a ser investigados pelos campos da Epidemiologia, Planejamento e Ciências Sociais em Saúde DSSBR (2020).

Os DSS representam fatores-chave e circunstâncias que moldam o cotidiano e são responsáveis por grande parte das inequidades em saúde, tanto entre países quanto dentro de suas fronteiras. Esses determinantes abrangem a distribuição de poder, riqueza, recursos e serviços, além das condições de vida das populações. Incluem ainda o acesso à assistência médica, à educação e às oportunidades de aprendizado, as condições de trabalho e lazer, bem como o estado das moradias e do ambiente onde as pessoas vivem DSSBR (2020).

Leal (2007) centra sua análise nos Determinantes Sociais de Saúde, começando pela definição de desigualdades, iniquidades e determinantes sociais de saúde. O texto apresenta dados estatísticos que conectam expectativa de vida ao nascer com PIB per capita, riqueza e expectativa de vida em países com renda per capita acima de U\$ 10.000. Também explora a

relação entre expectativa de vida e distribuição de renda, bem como a mortalidade infantil e iniquidades em diversas regiões do mundo, comparando esses dados com os brasileiros.

Segundo Jannuzzi (2018), o Brasil teria um cenário muito diferente sem as informações geradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e outras instituições do Sistema Estatístico Nacional. Dada a persistência das iniquidades sociais no país, é inegável que a situação seria bem grave sem os dados coletados ao longo de mais de oitenta anos, ou quase cento e cinquenta anos se considerarmos o primeiro Censo Demográfico de 1872, realizado ao fim do período imperial, quase duas décadas depois do previsto, devido à resistência da elite latifundiária e escravocrata da época. É crucial reconhecer que parte das conquistas republicanas relacionadas à universalização da educação básica, acesso à água potável, redução da pobreza, promoção do desenvolvimento regional e ampliação da cobertura de emprego formal e previdência social em todo o território brasileiro é resultado da disponibilidade de informações estatísticas de alta qualidade Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, além dos departamentos de estatísticas e pesquisas dos Ministérios e organismos subnacionais de planejamento e estatística.

Os Censos têm permitido o desvelamento dos bolsões de pobreza e outras iniquidades sociais no território nacional, nos municípios e seus bairros. As PNAD (e PNAD-C) possibilitam acompanhar os efeitos – e defeitos – de políticas e programas nas mais variadas áreas setoriais, tais como trabalho, educação, saúde, previdência e assistência social, entre as principais. (Jannuzzi, 2018, p. 2).

As desigualdades em saúde entre grupos e indivíduos, conforme apontado por Buss e Filho (2006) com base na definição de Margareth Whitehead, representam um dos aspectos mais marcantes da situação de saúde no Brasil. Essas desigualdades são sistemáticas, relevantes, evitáveis, injustas e desnecessárias. Um exemplo expressivo é a mortalidade infantil, cuja média nacional em 2000 foi de 23,1 óbitos por mil nascidos vivos, segundo dados do Ministério da Saúde. Essa média, no entanto, oculta grandes disparidades regionais: enquanto alguns municípios das regiões Sul e Sudeste apresentaram taxas inferiores a 10 óbitos por mil nascidos vivos, no Nordeste foram registradas taxas superiores a 50 óbitos por mil nascidos vivos.

Em outras palavras, a desigualdade na distribuição de renda não é prejudicial à saúde somente dos grupos mais pobres, mas é também prejudicial para a saúde da sociedade em seu conjunto. Grupos de renda média em um país com alto grau de iniquidade de renda possuem uma situação de saúde pior que a de grupos com renda inferior, mas que vivem em uma sociedade mais equitativa (Buss; Filho, 2006, p.2).

Buss e Filho (2006) reforçam que, de acordo com o relatório de 2006 do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, sobre a situação da infância no Brasil, em 2000, a taxa de mortalidade de crianças menores de cinco anos (TMM5) entre filhos de mães com até três anos de escolaridade alcançava 9,3 por mil nascidos vivos. Esse número era quase 2,5 vezes maior em comparação ao registrado entre filhos de mães com oito anos ou mais de escolaridade, cuja TMM5 correspondia a 20,0 por mil nascidos vivos.

Os fatores sociais que influenciam a saúde são entendidos como aspectos de ordem social, econômica, cultural, étnico-racial, psicológica e comportamental. Esses fatores têm impacto direto na prevalência de problemas de saúde e nos riscos associados dentro da população. Três áreas principais foram destacadas nas pesquisas: (1) desigualdades sociais, regionais, étnico-raciais e de gênero relacionadas à morbimortalidade e aos fatores de risco; (2) desigualdades no acesso e na qualidade dos serviços de saúde e intervenções sociais; e (3) aspectos metodológicos nos estudos sobre os determinantes sociais da saúde Buss e Filho (2006).

No cenário de análise dos DSS, emerge a categoria maus tratos. Soares (2020) explica que a Organização Mundial da Saúde (OMS) define os maus-tratos como qualquer forma de violência dirigida a crianças e adolescentes que comprometa sua integridade física, saúde, sobrevivência, desenvolvimento ou dignidade. Esses atos acontecem no contexto de relações baseadas em responsabilidade, confiança ou poder. As formas de violência incluem abusos físicos, emocionais, abuso sexual, abandono, negligência e exploração em suas diversas modalidades.

Resultados e Discussões

Foram mapeados 7 artigos e, após as etapas de leitura de títulos, resumos e textos completos, artigos publicados entre 2020 e 2025. Sendo que todos os trabalhos são da área da saúde e contemplaram os critérios de inclusão e exclusão delineados na metodologia.

Na busca quanto a correlação entre Determinantes Sociais e Maus Tratos contra crianças e adolescentes Carrara *et al.* (2024) ressaltam em seu estudo a urgência de fortalecer estratégias de intervenção e suporte aos mais diversos segmentos, como escolas, famílias e comunidades, pois desempenham papéis fundamentais na criação de ambientes acolhedores

que permitam identificar sinais de sofrimento e oferecer apoio eficaz. A adoção de programas educacionais voltados para a promoção da saúde mental, aliados ao estímulo à prática regular de atividades físicas e ao uso consciente da tecnologia, pode equipar os jovens com ferramentas que auxiliem na superação de desafios de maneira mais saudável, principalmente aqueles que estão envolvidos em alguma situação de violência.

Melo, Costa e Corso (2020) destacam que os modelos apresentados na literatura ainda são limitados em termos da manipulação conjunta de categorias como variáveis matemáticas ou estatísticas, o que restringe sua utilidade em políticas públicas de saúde que abrangem DSS. Nesse contexto, o estudo propõe um modelo conceitual de Determinantes Sociais da Saúde (DSS) com aplicação operacional, concebido para subsidiar estudos e práticas de gestão em saúde pública. A proposta baseia-se em modelos conceituais existentes na literatura e oferece um sistema no qual variáveis ou indicadores dos DSS podem ser organizados e analisados por meio de métodos quantitativos.

Os dados incorporados ao modelo consideram aspectos do contexto ambiental, social, econômico, estrutural e da oferta de serviços de saúde, contemplando tanto o setor público quanto o privado, e seus impactos sobre as condições gerais de saúde da população. Os indicadores associados estão disponíveis em bancos de dados oficiais e séries históricas, sendo possíveis de aplicar em diversos tipos de métricas. Como resultado, foi desenvolvido um modelo operacionalizável e adaptável às condições locais, com foco no sistema municipal de saúde pública e nas estruturas socioeconômicas dos municípios brasileiros.

Apesar disso, o modelo não tem o objetivo de substituir aqueles já consolidados, mas sim oferecer uma alternativa viável para compreender melhor os relacionamentos entre variáveis, contribuindo para a formulação de estratégias para o setor público de saúde. Vale destacar algumas limitações do modelo proposto. Dados confiáveis relacionados a aspectos genéticos e biológicos não foram incluídos devido à indisponibilidade; além disso, informações qualitativas também ficaram fora dessa análise. Essas ausências representam tanto limitações quanto oportunidades para aprofundamento em estudos futuros.

Por fim, as características dos modelos teóricos analisados sugerem a necessidade do uso de teorias, métodos e ferramentas apropriadas para uma abordagem sistêmica. Recomenda-se testar o modelo com recursos avançados de inteligência artificial, como redes bayesianas ou redes neurais artificiais. A reprodução completa das inter-relações entre os DSS

pode fornecer informações valiosas e contextualizadas para auxiliar na elaboração de estratégias efetivas de gestão pública em nível municipal. Melo, Costa e Corso (2020 p. 8-9), em seu artigo, discutem que o pensamento sistêmico tem como objetivo aprimorar a qualidade das percepções sobre os elementos constitutivos de um sistema, bem como a compreensão do sistema em sua totalidade, incluindo suas partes e as interações que ocorrem tanto dentro quanto entre os diferentes níveis, ou seja, dentro de sua pesquisa nos apresentam indicadores e variáveis de DSS disponíveis em base de dados oficiais como por exemplo, as condições de saneamento e meio ambiente e mortalidade. Essa última dimensão nos apresenta que as taxas de mortalidade infantil são consideradas indicadores extremamente relevantes, pois influenciam significativamente a expectativa de vida ao nascer e têm sido tradicionalmente empregadas para analisar as condições de saúde e qualidade de vida das populações.

Santos *et al* (2025) destacam em seu artigo que, no contexto da saúde brasileira, a violência infantil é considerada um agravo de notificação compulsória. Em outras palavras, sua comunicação deve ser feita de forma imediata e obrigatória por profissionais de saúde tanto em instituições públicas quanto privadas. Nos atendimentos realizados nos serviços de saúde, médicos e enfermeiros, em especial, são os/as profissionais com maior probabilidade de identificar precocemente casos de violência infantil. Isso reforça a necessidade de uma qualificação adequada para que esses profissionais possam lidar eficientemente com essa problemática. É evidente, portanto, a importância de um olhar atento e capacitado para a identificação precoce, além de atuar na prevenção, notificação e combate a essa realidade.

No âmbito da saúde brasileira, o agravo da violência infantil é de notificação compulsória, ou seja, deve ser realizada de forma imediata e obrigatória por profissionais de saúde em instituições de saúde públicas e privadas. Através dos atendimentos nos serviços de saúde, os profissionais, principalmente médicos e enfermeiros, têm maior probabilidade de serem os primeiros a identificar a violência infantil, tornando imprescindível a qualificação adequada para atuação destes profissionais frente a problemática (Santos et al., 2025, p.143).

Santos (2024) aborda, em seu estudo, um olhar pautado nos princípios ético-políticos da profissão do/a assistente social, com o objetivo de fomentar reflexões e estimular debates sobre o tema princípios ético-políticos da profissão. O papel dos/as assistentes sociais aparece como essencial para garantir a integralidade do cuidado às crianças e adolescentes, reconhecendo-os como sujeitos de direitos com necessidades e particularidades que

demandam compreensão da sociedade, do Estado e dos profissionais envolvidos. A participação ativa dos/as usuários/as na formulação e implementação de políticas públicas de saúde, promovida pelo Serviço Social, fortalece a democracia participativa e contribui para políticas mais inclusivas e adequadas às necessidades reais da população. Vale ressaltar também as estratégias específicas voltadas ao enfrentamento do câncer infantojuvenil e à redução dos impactos sociais desse processo de adoecimento.

A democracia participativa, atrelada aos princípios ético-políticos da referida profissão, são fundamentais para a concretização do direito à saúde e o avanço na construção de uma sociedade mais justa. Nesse cenário, é crucial que os/as assistentes sociais intensifiquem sua atuação no âmbito de formulação de políticas públicas e incentivem o engajamento dos/as usuários/as na luta por seus direitos. Observa-se, ainda, o dever do Estado em assegurar essas políticas públicas e garantir proteção social em consonância com legislações vigentes, como o Sistema Único de Saúde (SUS), evitando retrocessos conquistados pelos movimentos sociais. O Serviço Social se coloca como aliado dessa população ao promover acesso aos serviços de saúde e contribuir de forma crítica e propositiva para criar alternativas e estratégias que assegurem direitos, favoreçam os determinantes sociais da saúde e proporcionem uma melhor qualidade de vida.

Rubio *et al* (2025) enfatizam que o estudo realizado por sua equipe tem potencial para gerar importante impacto social ao evidenciar deficiências na estruturação da rede de proteção às crianças e adolescentes. A pesquisa aponta fragilidades tanto na organização quanto na operacionalização dessa rede, propondo mecanismos para reestruturar políticas, ações e serviços. Apesar de contar com uma legislação abrangente no apoio às políticas públicas de proteção, há grande discrepância na aplicação dessas leis em realidades locais. Assim, processos como a padronização de protocolos comuns, mudanças nas práticas de trabalho e fortalecimento da intersetorialidade são indispensáveis para transformar a atuação nessa área. Essas medidas podem assegurar um cuidado mais integrado, contínuo e eficaz, preservando tanto a integridade física quanto psicológica das vítimas. Os/as autores/as destacam que, conforme apontado pela Organização Mundial da Saúde, a violência representa um sério problema de saúde pública e uma violação aos direitos humanos. Ela abrange diversas formas de maus-tratos e prejuízos à dignidade, saúde e desenvolvimento de

crianças e adolescentes, com ênfase especial nos casos de negligência, bem como nos episódios de violência física, sexual e psicológica, que figuram entre os mais recorrentes.

Soares (2020), por sua vez, destaca em sua pesquisa a fragilidade que muitos/as profissionais de saúde apresentam na identificação e notificação de casos de maus-tratos contra crianças e adolescentes. Uma parte significativa desses/as profissionais buscam apoio em instituições especializadas para auxiliá-los no processo de notificação, muitas vezes pela necessidade de preservar seu anonimato. A falta de confiança, o medo e o despreparo no processo são apontados como fatores críticos associados à ausência de capacitação contínua. Esses elementos constituem pontos relevantes identificados pelo estudo que não haviam sido amplamente discutidos em pesquisas anteriores no Brasil.

A maioria dos profissionais da saúde apresenta fragilidade na identificação dos casos de maus-tratos e no processo de notificação. Muitos procuram instituições de apoio para que possam auxiliá-los no processo, assim garantindo o seu anonimato na notificação. Assim, a falta de confiança, o medo, associados à falta de capacitação, o despreparo dos profissionais em relação a identificar maus tratos são os pontos chaves desse estudo que não foram encontrados em outros realizados no Brasil (Soares, 2020, p. 52.).

Nesse contexto, Soares (2020) ressalta a urgência em implementar programas contínuos de formação profissional, garantindo especialização e suporte às redes de atendimento voltadas para a proteção infantil e juvenil. A qualificação contínua das equipes pode não apenas reduzir o grau de insegurança profissional como também melhorar as notificações, sendo essencial para enfrentar o problema dos maus-tratos contra crianças e adolescentes. A autora destaca que a formação contínua das equipes atuantes na proteção de crianças e adolescentes reveste-se de fundamental importância para o enfrentamento dos maus-tratos e dos Determinantes Sociais em Saúde. Essa prática não apenas contribui para a redução da insegurança profissional, como também aprimora a habilidade de identificar e registrar casos, fortalecendo o sistema de proteção e resposta.

Souza (2024) apresenta sua contribuição a partir de uma análise bibliográfica limitada, destacando que apenas através de uma nova perspectiva crítica a literacia digital em saúde poderia realmente ser utilizada como uma estratégia eficaz para conduzir os indivíduos ao protagonismo sobre sua saúde. Essa abordagem poderia fomentar a participação social, promover a conscientização cidadã e combater ativamente a desinformação. Sob esse olhar ampliado, seria possível aprofundar a compreensão sobre os fenômenos abrangidos por esse

campo de estudo. Assim, é pertinente refletir sobre as potencialidades da saúde digital como um recurso para aprimorar os sistemas e serviços de saúde, além de qualificar práticas de cuidado e autocuidado.

Com base em nossa limitada análise bibliográfica, acreditamos que, somente sob uma nova perspectiva crítica, a literacia digital em saúde poderia servir, de fato, como estratégia que contribuísse para guiar os indivíduos em direção ao protagonismo sobre sua saúde, favorecendo a participação social, a conscientização da cidadania e o combate à desinformação. Essa nova abordagem ampliada poderia, ainda, iluminar melhor a compreensão sobre os fenômenos que esse campo abarca (Souza, 2024, p. 17.).

Tais avanços dependem da habilidade dos indivíduos em acessar e avaliar criticamente as informações digitais em saúde, aplicando-as em benefício de seu bem-estar. Em uma sociedade cada vez mais orientada à tecnologia, o tema da literacia digital em saúde se torna indispensável. Ao examinar as tendências sobre como as pessoas buscam e utilizam informações online para questões de saúde, as pesquisas na área podem contribuir efetivamente para o desenvolvimento de políticas públicas. Isso representa uma estratégia complementar que, integrada a outras práticas já existentes, poderia reduzir desigualdades no acesso à saúde.

Embora exista uma quantidade significativa de produção acadêmica brasileira sobre literacia, alfabetização ou letramento em saúde, o campo específico da literacia digital em saúde ainda é pouco explorado no país. Esse conceito, multifacetado e contemporâneo, continua em evolução, despertando o interesse de diversas áreas do conhecimento e exigindo cada vez mais atenção da academia, da imprensa, de organizações internacionais e da sociedade civil. O debate em torno deste tópico revela-se historicamente relevante e socialmente indispensável na atualidade.

As pesquisas destacam a importância dos fatores sociais na saúde, reforçando a necessidade de treinamentos frequentes para profissionais que atendem crianças e adolescentes, além de promover apoio à saúde mental por meio de colaboração entre escolas, famílias e comunidades, especialmente para jovens vulneráveis. A criação de espaços inclusivos e programas que abordem saúde mental, atividades físicas e uso consciente da tecnologia são recomendados para gerar benefícios.

Sugere-se um novo modelo de Determinantes Sociais da Saúde que melhore a gestão na saúde pública, com ênfase na atuação de médicos/as, enfermeiros/as e assistentes sociais

na detecção precoce de abusos e atendimento holístico. O estudo apontou lacunas nas redes de proteção, reforçando a necessidade de protocolos padronizados e maior cooperação entre os/as agentes envolvidos, além de destacarem a importância do desenvolvimento de habilidades profissionais e da alfabetização digital, embora ainda haja necessidade de avanços nesse aspecto no contexto brasileiro.

Conclusão

As pesquisas destacam a necessidade de aumentar o apoio em saúde mental, enfatizando a colaboração entre escolas, famílias e comunidades para ajudar jovens em dificuldades. Criar ambientes acolhedores é vital, e a inclusão de programas que abordam saúde mental, atividade física e o uso consciente da tecnologia pode ser benéfica. Por outro lado, Melo, Costa e Corso (2020) criticam os modelos atuais sobre Determinantes Sociais da Saúde (DSS) e sugerem um novo modelo que considera variáveis analisáveis quantitativamente para melhorar a gestão em saúde pública.

O papel de profissionais de saúde, especialmente médicos/as e enfermeiros/as, é fundamental para detectar e prevenir abuso infantil, exigindo treinamento adequado. Assistentes sociais também são essenciais para garantir cuidado integral a crianças e adolescentes, promovendo a participação nas políticas de saúde. A pesquisa realizada observou falhas nas redes de proteção, que exigem protocolos padronizados e melhor cooperação. A pesquisa de Soares (2020) ressalta a importância da capacitação contínua profissionais da saúde. Por fim, Souza (2024) menciona o valor da alfabetização digital em saúde para empoderar indivíduos, embora essa área ainda precise de mais atenção no Brasil.

Os estudos analisados indicam de forma indireto ou direta que a saúde de crianças e adolescentes é afetada conforme a realidade social e econômica que estão inseridas. Tal cenário agrava-se quando emergem questões relacionadas a maus tratos, visto que para além da saúde física, a saúde mental é afetada de forma significativa. Nesse sentido, aos profissionais da área de saúde levar em quanto DSS presentes no cotidiano de tais sujeitos, buscando uma análise apurada quanto situações que apontam maus tratos ou outros tipos de violência.

Referências

BUSS, Paulo Marchiori; FILHO, Alberto Pellegrini. A saúde e seus determinantes sociais. **Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.17 n.1, p77-93, 2007. Disponível em <https://www.scielo.br/j/physis/a/msNmfGf74RqZsbpKYXxNKhm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 de mai. de 2025.

BUSS, Paulo Marchiori; FILHO, Alberto Pellegrini. Iniquidades em saúde no Brasil, nossa mais grave doença: comentários sobre o documento de referência e os trabalhos da Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, 2006; 22(9). Disponível em: <https://cadernos.ensp.fiocruz.br/ojs/index.php/csp/article/view/2859>. Acesso em: 23 de mai. de 2025.

CARRARA, Maria Eduarda; BARBOSA, Maria Fernanda Drumond; COELHO FILHO, Lucas Neves. Fatores Determinantes Para o Desenvolvimento de Transtornos Mentais em Crianças e Adolescentes: Uma Revisão Narrativa. **Periódicos Cedigma**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 25–34, 2024. Disponível em: <https://periodicoscedigma.cedigma.com>. Acesso em: 23 de mai. de 2025.

DOS REIS, Regina Sá. A influência dos determinantes sociais na saúde da criança. **Libertas**, v. 4, n. 1/2, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufrj.br/index.php/libertas/article/download/18131/9383/75887>. Acesso em: 23 de mai. de 2025.

JANNUZZI, Paulo de Martino. A importância da informação estatística para as políticas sociais no Brasil: breve reflexão sobre a experiência do passado para considerar no presente. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 35, n. 01, p. e0055, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/77qbqWdQWx3b5gg7wLVmtsF/>. Acesso em: 23 de mai. de 2025.

LEAL, Maria do Carmo. Iniquidades Sociais e na Saúde das Populações: como enfrentar este problema?. 2007. **Portal Regional da BVS**. (2007). Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/cfc-180890>. Acesso em: 26 de mai. de 2025.

LOIOLA, Andrey Almeida; AMATE, Elisa Maria; HOEFEL, Maria Graça Luderitz; CARNEIRO, Fernando Ferreira. Determinantes sociais da violência na saúde de populações da América Latina. **Revista Gestão & Saúde**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. Pag. 1786–1804, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rqs/article/view/3024>. Acesso em: 26 de mai. de 2025.

MELO, Francisco Carlos Carvalho de; COSTA, Rodolfo Ferreira Ribeiro da; CORSO, Jansen Maia Del. Modelo conceitual aplicável a estudos sobre determinantes sociais da saúde em municípios brasileiros. **Saúde e Sociedade**, v. 29, n. 2, p. e181094, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/mgHNM8GKgpKVshZMHQSVxtx/?lang=pt>. Acesso em: 26 de mai. de 2025.

O que é DSS. Escola Nacional de Saúde Pública. Fiocruz, 2020. Disponível em <https://dssbr.ensp.fiocruz.br/dss-o-que-e/>. Acesso em: 26 de mai. de 2025.

RUBIO Carla Alessandra Rodrigues et al. Rede de proteção às crianças/adolescentes vítimas de violência: revisão de escopo. **Ciênc. saúde coletiva** v.30, n. 03, p. e18142023, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2025.v30n3/e18142023/pt>. Acesso em: 26 de mai. de 2025.

SANTOS Larissa Aguiar dos; BULERIANO Leticia Peisino; CAMBOIN Franciele Foschiera; LEITE Franciéle Marabotti Costa. Impactos da violência infantil no crescimento e desenvolvimento da criança: uma revisão integrativa da literatura. **RBPS** [Internet]. 14^o de abril de 2025 [citado 20^o de maio de 2025];27(supl_1):136-45. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/rbps/article/view/48251>. Acesso em: 26 de mai. de 2025.

SANTOS Vivian Carolina dos. Serviço Social na promoção da saúde: Integrando políticas e desafios na oncologia pediátrica. In: **Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos; Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais; Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental**. 2024. v. 5, n. 1, p. e3887-e3887. Disponível em: <https://anais.uel.br/portal/index.php/conserdigeo/article/view/3887/3215>. Acesso em: 26 de mai. de 2025.

SILVA Janmille Valdivino da; RONCALLI Angelo Guisepe. Tendência das iniquidades sociais nas notificações de violência sexual no Brasil entre 2010 e 2014. **Rev Bras Epidemiol**, v.23, 2020. Disponível em: <https://scielosp.org/pdf/rbepid/2020.v23/e200038/pt>. Acesso em: 26 de mai. de 2025.

SOARES. Maria do Carmo F. Maus-tratos contra crianças e adolescentes no município de São Borja-RS: dados do conselho tutelar e conduta dos profissionais de saúde. **Dissertação, Ciências da Saúde e da Vida**. UFN; Santa Maria – RS 2020. Disponível em: <https://site.ufn.edu.br/pagina/biblioteca>. Acesso em: 26 de mai. de 2025.

SOUZA, Nicole Fajardo Maranhã Leão de. Literacia digital em saúde: convergências, divergências e possíveis caminhos para um campo em evolução. **RECIIS**, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 695–715, 2024.v18i3.3746. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/3746>. Acesso em: 21 maio. 2025. Acesso em: 26 de mai. de 2025.

Sobre o/a (s) autores/a (s):

Maria Soares

Doutoranda em Saúde Pública (Unini). Mestra em Ciências da Saúde e da Vida pela Universidade Franciscana (UFN, 2020).Especialista em Saúde Mental e Atenção Psicossocial

pela Faculdade São Fidélis (2014). Graduada em Serviço Social pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (2011). Perita Ativa da Justiça Federal/RS desde 2013.

E-mail: docarmo73@gmail.com